

Atravessando as fronteiras de um mercado global: trabalho e diferença na selva alta peruana

Ricardo Cruz

Doutor em Antropologia Social (MN/UFRJ) e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ricruz@uol.com.br

Resumo

As últimas décadas registraram uma forte expansão no cultivo de cafés certificados como “orgânicos” entre os cafeicultores peruanos, um movimento que tem implicado numa mudança nas suas formas de trabalho, e que vem sendo conduzido pelos funcionários das suas cooperativas. Este artigo procura olhar para essa transformação produtiva como um meio para entender como se dá a crença dos produtores nas ações e nas falas desses profissionais. Os primeiros costumam desconfiar dos trabalhadores não rurais, identificados com as atividades – técnicas ou administrativas – envolvidas na comercialização de seus grãos. O texto mostra que a confiança entre os produtores e os “técnicos” (que intermediam suas relações com as normas internacionais de produção orgânica e a perspectiva dos consumidores) é construída através de um processo pedagógico marcado por uma metamorfose de pontos de vista, no qual as suas diferenças – historicamente irreduzíveis – são diluídas.

Palavras-chave: trabalho; rural; mercados; tradução; Peru.

Abstract

The last decades have witnessed a strong expansion in the cultivation of certified “organic” coffees among Peruvian coffee growers, a movement that changed their ways of working, and that have being led by the employees of their cooperatives. This article seeks to look at this productive transformation as a means to understand the producers’ belief in the actions and speeches of these professionals. The assumption is that the former usually distrust the non-rural workers, identified by them with the – technical or

administrative – activities involved in the marketing of their grains. The text shows that the trust between producers and “technicians” (who intermediate their relations with international standards of organic production and the perspective of consumers) is built through a pedagogical process marked by a metamorphosis of points of view where the – historically irreducible – differences between them are diluted.

Key-words: labor; rural; markets; translation; Peru.

Introdução

A agricultura “orgânica” é, por definição, um modelo de cultivo que se contrapõe ao uso de fertilizantes e pesticidas inorgânicos nas plantações. Trata-se de um ideal que enfatiza a utilização de materiais vistos como facilmente degradáveis no meio ambiente; uma maneira de “preservá-lo” de transformações mais radicais produzidas pela intervenção humana. Existem diversas normas, tanto públicas quanto privadas, que servem de parâmetro para que as chamadas “agências certificadoras” identifiquem uma mercadoria como oriunda de um cultivo orgânico. Cada uma dessas normas é representada por um selo que acompanha os produtos certificados por essas agências. Isso permite aos seus consumidores se depararem com um sistema que controla a relação dos agricultores com os insumos produzidos sinteticamente. As últimas décadas registraram uma expansão no cultivo de cafés certificados como orgânicos entre os cafeicultores da “selva alta” (onde se costuma plantar o grão no Peru). Esse movimento tem implicado numa mudança na forma de trabalho desses sujeitos, e vem sendo conduzido pelos funcionários das cooperativas nas quais estão inseridos¹.

Este texto procura olhar para essa transformação produtiva como um meio para entender como se dá a crença ou confiança dos produtores nas ações e nas falas dos profissionais responsáveis por adequar seus comportamentos às novas normas vigentes nos mercados agrícolas internacionais. Ele se soma a um esforço, dentro da antropologia, de pensar “a ideia de tradução e diferença num mundo contínuo” (Velho, 2007: 348).² Traduzir implicaria fazer sentido segundo a perspectiva de uma pessoa “como um todo” ou enquanto “um nódulo em umnexo de relações” (*idem*). É com essa ideia de tradução que podemos compreender os esforços dos funcionários das cooperativas em diluir as

1 A selva alta é uma região do Peru, de clima tropical e úmido, situada entre a cordilheira andina e a planície amazônica, que o atravessa de norte a sul.

2 Existiria uma continuidade, entre as pessoas e o mundo ao redor, anterior aos atos de tradução: “não que a vida social não implique, portanto, atos de construção e de separação, mas esse não é o momento inicial, e sim a habitação do mundo, contínuo” (*idem*: 347). Tal continuidade implica, segundo o autor, não encarar as percepções das pessoas a partir da separação entre mente e corpo.

fronteiras historicamente construídas entre eles e os agricultores com quem se relacionam, haja vista a tradicional desconfiança dos cafeicultores diante dos trabalhadores não rurais, identificados com as diferentes atividades envolvidas na comercialização dos seus grãos. Do seu ponto de vista, esses trabalhadores costumam obter ganhos econômicos a partir do trabalho dos produtores na terra sem, contudo, oferecer uma contrapartida satisfatória³. Diante desse pano de fundo, a mudança em suas lavouras – que envolve a legitimação do trabalho não agrícola dos funcionários das cooperativas – vem sendo conduzida por uma nova geração de membros das famílias dos cafeicultores, através de um processo definido aqui como a “pedagogia da agricultura orgânica certificada”.

Ao longo do artigo procura-se abordar a relação que um grupo de cafeicultores pertencentes a uma das cooperativas localizadas na selva alta mantêm com os “técnicos” que trabalham nessa organização. Grande parte do trabalho realizado por estes últimos envolve o “controle” das práticas dos agricultores, tendo em vista as chamadas “inspeções” dos representantes das agências responsáveis pela certificação das plantações como orgânicas. Contudo, olhando de perto esse papel desempenhado pelos funcionários da cooperativa é possível perceber que os ensinamentos e indicações, dirigidos aos cafeicultores, possibilitam não apenas uma interiorização de normas em torno dessa forma de cultivo, mas também uma preocupação sistemática e cotidiana com a visão dos compradores e consumidores estrangeiros dos seus grãos. Trata-se, portanto, de um processo de racionalização do comportamento desses agricultores aparentemente afim com a emergência de um “sistema agroalimentar global orientado pela demanda”.⁴ Tendo como base uma pesquisa etnográfica realizada em meados de 2005, o objetivo do texto é refletir sobre a disposição dos cafeicultores para trabalhar dessa maneira sistematicamente pautada pelas perspectivas externas.

O que a análise revela é que a racionalização de conduta submetida a esses cafeicultores busca engendrar uma forma de trabalho subordinada não só à “demanda estrangeira”, mas, também, à sua própria realidade, para além de seus interesses em produzir mais cafés e vendê-los por um preço maior.⁵ Os técnicos procuram controlar

3 Apresento, mais à frente, o arcabouço conceitual ou simbólico que dá sentido a essa suspeita. Entretanto, é importante ressaltar que essa desconfiança recai não apenas sobre os comerciantes propriamente ditos como também sobre os funcionários das cooperativas de cafeicultores, independentemente dos seus cargos.

4 A ideia de “sistema agroalimentar global orientado pela demanda” aparece em John Wilkinson (2002). Retomo, mais à frente, os argumentos desse autor.

5 O contraponto aqui são os estudos que encaram a adoção de novas práticas agrícolas como uma questão de maximização de recursos econômicos dentro do sistema capitalista. Segundo José de Souza Martins (1975), por exemplo, a inovação agrícola no capitalismo deve ser “funcionalmente racional no nível do sistema e substancialmente racional no nível do proprietário da terra” (*idem*: 81). Para ele, a adoção de

as ações dos membros da cooperativa, assim como traduzir para eles os parâmetros ou referenciais utilizados nesse controle, em uma atitude que parece se valer de suas experiências como filhos de produtores do grão. Conforme será destacado mais à frente, a perspectiva dos produtores de café deve ser entendida como um ponto de vista no qual se conjugariam os planos da razão e da sensibilidade – dimensões que estariam separadas no discurso de muitas pessoas de fora do universo cafeicultor que se relacionam com eles. A socialização desses técnicos, desde seus primeiros anos de vida, nesse universo social, os diferenciaria dessas pessoas de fora, em especial, de quem se apoiaria, basicamente, numa racionalidade econômica para convencer os cafeicultores a mudar suas práticas e/ou a direcionar sua produção para um canal comercial qualquer.

O mercado de café, nos seus diferentes segmentos e com os seus distintos atores, é o espaço de encontro com a alteridade, por excelência, para esses produtores do grão. Sob o prisma desses agricultores, a diferença está no corpo: o “outro” é aquele que gozaria a vida à custa dos seus suores e seus sacrifícios na lavoura; ele olharia o mundo a partir de um lugar apartado do dia a dia de quem trabalha na terra; sua insensibilidade perante os primeiros transpareceria nos seus gestos e modos de falar. A presença, cada vez maior, de filhos de cafeicultores em posições de mediação mercantil, que antes eram ocupadas, notadamente, segundo os produtores, por pessoas não identificadas com seus universos, tem feito com que o mercado de café deixe de se colocar para os agricultores como uma zona fronteira marcada por divisões intransponíveis e se apresente como um espaço caracterizado por situações em que “uma coisa gradualmente se transforma em outra, onde há indistinção, ambiguidade e incerteza” (Hannerz, 1997).

A legitimidade do trabalho dos técnicos das cooperativas caminha junto com a diluição das fronteiras entre eles e os cafeicultores. Os primeiros não seriam capazes de justificar seus ofícios com base apenas nas propriedades sociais que os diferem destes últimos sujeitos, como um papel de mediação comercial ou uma maior familiaridade com as novas regras dos mercados externos, por exemplo⁶. São suas aptidões para *incorporar*

novas técnicas pressupõe uma “consciência burguesa” ou “vocação empresarial”. Ricardo Abramovay (1992) entende que a transformação dos camponeses em “agricultores profissionais”, isto é, dotados de uma “racionalidade econômica”, se constitui na “base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea” (*idem*: 211). Tais estudos reconhecem, mas não retratam, os papéis (cruciais) desempenhados pelos agentes responsáveis pela intermediação das relações dos produtores rurais com as novas tecnologias ou técnicas agrícolas.

- 6 Eric Wolf (2003), tomando como referência a história mexicana, analisa as transformações dos agentes que intermediam as relações dos camponeses/agricultores com os universos sociais mais abrangentes (com destaque para o Estado Nacional). A “função básica” desses “intermediários” seria “estabelecer relações” entre os “indivíduos orientados para a comunidade”, que buscam satisfazer suas necessidades materiais, e os “indivíduos orientados para a nação”, interessados em aumentar seu “séquito” político. Wolf acaba reduzindo a perspectiva dos agricultores sobre os intermediários

ou *encarnar* o ponto de vista dos produtores rurais, isto é, torná-los presentes em suas falas, olhares e gestos - nos seus argumentos e sentimentos - que fazem com que seus prismas sejam encarados por eles como algo *possível* de ser interiorizado e suas ocupações reconhecidas como socialmente legítimas. Essa metamorfose de perspectivas (ou o que, com base em Geertz (2002), poderia se chamar de “diferenças mescladas”) parece estar no centro das ações dos técnicos que conduzem a construção social da disposição dos agricultores em trabalhar de uma maneira sistematicamente pautada pela perspectiva dos compradores e consumidores estrangeiros⁷.

A interiorização do ponto de vista da demanda externa

Em um plano maior, essa disposição pode envolver outros cafeicultores peruanos. Dados recentes indicam que 35% dos cafés exportados pelo país são destinados aos chamados mercados de cafés “especiais”, isto é, que demandam grãos considerados de “melhor qualidade” (com menos “impurezas”, como pedaços de gravetos e de terra, por exemplo, e com sabor mais valorizado) do que os normalmente comercializados no dito “mercado convencional” (onde circula a esmagadora maioria dos cafés e a preços, em geral, mais baixos).⁸ Há três tipos principais de cafés especiais: “solidários”, orgânicos e *gourmet*. No Peru, a maior parte deles é exportada através de cooperativas e não pelas empresas “privadas” que dominam o mercado convencional.

É comum que os cafeicultores da selva alta se refiram a um passado no qual a principal preocupação seria a de “produzir muito café”, fazendo uso intensivo de fertilizantes e pesticidas sintéticos. Atualmente, “produzir um grão de qualidade” seria mais um de seus objetivos. Para esses agricultores, o significado de um “café de qualidade”

a uma questão econômica. Ele não se preocupa em indagar sobre as condições sociais por detrás da legitimidade desses mediadores.

7 De acordo com Clifford Geertz (2002), os antropólogos têm que lidar, nos dias de hoje, com um mundo marcado pelo que ele define como um “espectro gradativo de diferenças mescladas”. “Lévi-Strauss, Evans-Pritchard, Malinowski e Benedict atuaram num mundo em que havia uma montagem mais descontínua de diferenças mais separadas (os bororos, os azande, os trombriandeses, os zunhis), e os grandes poli-historiadores que eles substituíram (Tylor, Morgan, Frazer etc.) haviam funcionado num mundo de imensa dicotomia entre os civilizados em aperfeiçoamento e os selvagens aperfeiçoáveis” (*idem*: 192). Velho (2007) chama a atenção para a importância de se reconhecer as “pequenas diferenças”, nas cadeias ou redes de mediadores, que articulam diferentes “socialidades” pelo mundo.

8 Esse número - de 35% - se refere ao ano de 2014 e foi divulgado pela Junta Nacional do Café (o “grêmio” que reúne as cooperativas do Peru). Ver: www.juntadelcafe.org.pe. Em 2004, o número era de 13,48%, com 71% vendidos só como orgânicos, 14% como de comércio justo (orgânico ou não), 11% como *sostenible* e 4% como *gourmet* (Schwarz, 2005). Ou seja, nesse intervalo de 10 anos, a porcentagem de cafés especiais exportados aumentou.

está mais ligado as exigências do mercado em relação à “pureza” dos grãos e aos aspectos sensoriais do produto pronto para o consumo, e não tanto ao fato de sua produção ser certificada como orgânica. Contudo, como já ressaltado, o processo de “transição” de um produtor “convencional” para “orgânico” se coloca como uma forma de racionalizar sua conduta de modo a adequar o aumento da produção ao atendimento das demandas de compradores e consumidores estrangeiros. Portanto, dentre os produtores de café, o cafeicultor orgânico ocupa uma posição paradigmática, principalmente quando se trata da interiorização desse prisma externo.

De acordo com Laura Reynolds e John Wilkinson (2007), as últimas décadas têm sido marcadas por uma produção de comida industrializada feita cada vez mais com base numa segmentação dos mercados alimentícios (em “nichos”) e/ou numa diferenciação dos produtos comercializados nesses mercados. Trata-se, nas visões desses sociólogos, da passagem de um sistema global onde a competição entre os agentes econômicos se dava essencialmente através dos preços para outro onde eles também competem por meio da “qualidade” de seus produtos. Isso implicaria na introdução do chamado paradigma da “produção flexível” no mercado de alimentos (em substituição a um modelo “fordista” de controle mais centralizado). Tais mudanças seriam conduzidas pelos grandes grupos atacadistas do setor agroalimentar (anteriormente as indústrias alimentícias que orientariam a dinâmica desse setor). É dentro desse contexto atual que podemos entender a difusão dos “cafés especiais” e também o aprimoramento da qualidade dos “cafés convencionais”. Mas o que levaria um cafeicultor a se preocupar, de forma sistemática, com as exigências dos compradores ou consumidores estrangeiros?

Um caminho para se responder essa pergunta pode ser encontrado na literatura sociológica e antropológica que se debruça sobre um dos principais ramos ou segmentos dos mercados de cafés especiais: o “comércio justo” regulado pela *Fair Trade Labelling Organizations International* (FLO).⁹ Trabalhos como os de Reynolds, Murray & Wilkinson (2007), Jaffee (2007), Sick (2008) e Luetchford (2008), por exemplo, apontam para a necessidade das cooperativas de cafeicultores em adequar os grãos de seus associados às exigências dos consumidores do comércio justo, como é o caso de suas demandas por um produto não só orgânico, mas também “de qualidade”.¹⁰ A questão que deixam em aberto é entender, nos seus pormenores, esse papel de mediação técnica desempenhado pelos

9 O comércio justo de café certificado é um mercado internacional criado no ano de 1988 e organizado com base num ideal de solidariedade dos consumidores para com os “pequenos produtores” reunidos em cooperativas autorizadas a participar desse sistema comercial.

10 Há uma associação entre o comércio justo e a produção de cafés certificados como orgânicos, por conta, em especial, do valor maior pago a esses grãos dentro desse sistema comercial.

funcionários dessas organizações¹¹.

Segundo esses estudiosos, o mercado convencional, responsável pelo comércio da maioria dos cafés ao redor do mundo, se caracteriza, desde o final da década de 1980, por períodos prolongados de preços reduzidos desses grãos, a ponto de ocasionarem uma “crise” na cafeicultura de “pequena escala”, aquela que congrega a maior parte de seus produtores.¹² Estaríamos diante de um cenário no qual o cultivo de café perdeu seu lugar de destaque como uma atividade privilegiada para a reprodução social de inúmeras famílias espalhadas pelo mundo. O comércio justo se colocaria como um entre outros modos de atenuar - e não, suplantar - suas “carências materiais” (caberia a cada uma das famílias cafeicultoras a escolha de uma “estratégia econômica” supostamente mais adequada às necessidades e às capacidades dos seus membros).

Em meados de 2005, me dirigi até o Peru para dar início à pesquisa de doutorado sobre o comércio justo entre os seus produtores de café. Para além do que era definido como uma “crise” internacional nos preços desse grão, me deparei com problemas que agravavam ainda mais a situação vivida pelos cafeicultores, como, por exemplo, a fragmentação das propriedades rurais devido às suas transmissões através de herança, o envelhecimento das plantações e o esgotamento dos solos.

Naquele ano, depois de alguns dias acompanhando seu trabalho junto aos produtores orgânicos, um dos técnicos, aqui retratados, me disse que os últimos tendiam a se “desanimar” quando os valores do café no mercado interno eram superiores aos praticados internacionalmente e que serviam de referência no estabelecimento dos preços do café orgânico vendido através do comércio justo. Tal desânimo provinha da desvalorização dos grãos orgânicos em relação aqueles produzidos de forma convencional que, justamente, alimentavam esse mercado interno. A produção de café, em todo o país, decaiu bastante em 2005, principalmente por causa da seca, fazendo com que o preço do “café convencional” praticamente se equiparasse com o do “café orgânico”. As cooperativas tiveram que pagar aos “sócios” o mesmo valor que os comerciantes estavam oferecendo para os produtores locais. Ao contrário, ficariam sem a quantidade necessária de café para cumprir seus contratos com os compradores do comércio justo, apesar de seus associados serem obrigados a entregar quantidades pré-estipuladas do produto. Contudo,

11 Conforme aponta Ricardo Abramovay (1992), na década de 1920, o economista russo Alexander Chayanov chamava a atenção para o papel dos funcionários das cooperativas de agricultores em adequar a produção de seus associados às demandas do mercado mundial.

12 Entre os sintomas dessa crise se destacariam: uma situação de pobreza nas regiões associadas à produção de café, um êxodo rural oriundo dessas zonas, uma ênfase de seus moradores na agricultura de subsistência e a substituição dos seus cafezais por pasto ou outras lavouras comerciais (incluindo plantações de matérias-primas utilizadas na produção de drogas ilícitas).

os produtores ainda se viam em desvantagem diante de suas vendas para as cooperativas, na medida em que os comerciantes aceitavam os cafés com maior umidade e com mais “impurezas” ou “defeitos físicos”, o que fazia com que o peso dos grãos e, conseqüentemente, seu valor, aumentassem.¹³ “É todo um esforço para, no fim, acabar vendendo pelo mesmo preço disponível para quem não é certificado”, afirmou o técnico, ponderando, logo em seguida: “mas isso não acontece todos os anos”, ou seja, normalmente, os agricultores “orgânicos”, filiados às cooperativas, recebem um valor maior para seus cafés do que seus vizinhos não certificados.

Mas os cafeicultores não se comportavam como pessoas que agiam de acordo com valores de ordem exclusivamente econômica. Justo pelo contrário, eles também se viam como sujeitos que olhavam o mundo a partir de um lugar muito além das posições que ocupavam em suas relações mercantis. Durante os contatos que mantive com os associados de distintas cooperativas de produtores de café do país, percebi que era comum criticarem os profissionais graduados ou especialistas, que chamavam de “engenheiros” – independentemente do curso de Ensino Superior que estes últimos haviam participado. Segundo eles, esses profissionais vinham até as suas propriedades para apresentar uma série de propostas produtivas e que se mostravam inviáveis por questões não apenas econômicas, mas também temporais, morais, pedagógicas e afetivas. Muitos funcionários de suas organizações eram criticados pelo seu comportamento excessivamente citadino, isto é, demasiadamente impessoal, frio, impaciente ou deselegante.

Por um lado, a transformação dos cafeicultores em “produtores orgânicos” tinha como pano de fundo a autoridade dos técnicos construída sobre seus títulos acadêmicos e o caráter científico, além de mercadológico, de suas práticas.¹⁴ Mas o seu trabalho podia também levar em conta o prisma mais amplo dos agricultores, que incluía não só as distintas temporalidades que orientavam as suas vidas, como formas de se comunicar ou de interagir com as pessoas, próprias do universo social desses sujeitos, adquiridas pelos técnicos através do convívio com eles, como era o caso, por exemplo, do uso da língua nativa (o quéchua) ou de um comportamento qualquer que envolvia o estabelecimento de uma relação de confiança ou proximidade. Essas linguagens e sensibilidades se mostravam, muitas vezes, imprescindíveis para captar a atenção dos cafeicultores e os motivá-los em relação aos seus ensinamentos.

Cerca de 150.000 famílias se dedicavam, em 2005, à produção de café no Peru.

13 As chamadas impurezas ou defeitos físicos podem ser não só os já citados pedaços de gravetos e de terra como também de folhas, além de grãos “verdes”, “pretos” ou atingidos por uma praga.

14 O trabalho dos técnicos pressupunha uma socialização dos cafeicultores numa sociedade dominada pelas relações mercantis e onde o espírito técnico-científico é valorizado.

Mais ou menos 90% delas tinha entre meio e cinco hectares de terra e praticamente todas viviam nas chamadas zonas de selva alta (JNC, 2005). Os cafeicultores eram, em geral, migrantes oriundos dos Andes peruanos e seus filhos. A interiorização da perspectiva da demanda externa, por parte dos produtores orgânicos, pode ser pensada como um processo cuja eficácia nos mostra o quanto a adequação desses agentes às alterações mais gerais do capitalismo pressupõe um trabalho de mediação que leve em conta seus prismas. Como assinalado, esse processo se apoiava nas diferenças sociais entre os técnicos e os cafeicultores e na capacidade dos primeiros olharem o mundo da posição dos segundos. Isso implica não apenas em ver o trabalho rural (no caso, a agricultura de base familiar) como uma *forma* de trabalho e como uma *perspectiva* sobre a realidade, mas também em compreender a relação entre esses seus dois modos de expressão num contexto social onde ele igualmente se expressa enquanto uma *matriz de significados* dentro da qual o comércio agrícola aparece como uma atividade assentada na apropriação indevida dos valores produzidos através do cultivo da terra.

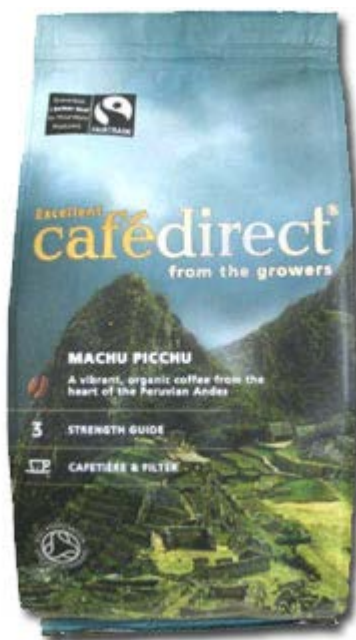
O contato com o campo

A selva alta foi surgindo, pela primeira vez, diante dos meus olhos, durante uma caminhada de quatro dias até Machu Picchu. Era julho de 2000, e eu havia partido de Cuzco, centro do Império Inca (1483 – 1533), hoje uma cidade de 300.000 habitantes, capital do departamento homônimo, localizada a 3.400 metros acima do nível do mar. Estava na companhia de um colega da faculdade e de outros visitantes estrangeiros que, assim como nós, seguiam um guia turístico por uma trilha de pedra construída pelos incas, segundo nos era informado. A exuberância da vegetação amazônica foi aos poucos se sobrepondo à – aparentemente – menos diversa e um tanto monótona flora característica da cordilheira andina. O ápice dessa transição ecológica se deu quando avistamos as imponentes ruínas de Machu Picchu cercadas de montes verdejantes.

Mas o trajeto até esse ícone do turismo global não me chamou a atenção apenas pela indescritível beleza da selva alta. Fiquei igualmente fascinado pelos moradores desse espaço intermediário entre os Andes e a Amazônia. Não sabia quem eram eles, apenas tinha certeza de que estavam mais próximos do universo social andino do que dos povos tradicionalmente associados à floresta amazônica. O desejo de conhecê-los viria à tona quase cinco anos depois. Estava terminando de escrever minha dissertação de mestrado e buscava um grupo que pudesse retratar no doutorado¹⁵. Foi então que me deparei com a

15 A dissertação tratou da construção social de um mercado financeiro agropecuário organizado com base

seguinte imagem numa página eletrônica da internet:



Acabei decidindo que iria pesquisar os agricultores responsáveis pela produção dos grãos de café cultivados nos arredores de Machu Picchu - havia chegado até essa imagem através de uma breve investigação, na internet, sobre os produtos identificados com algum tipo de certificado do comércio justo. Assim, em julho de 2005, deixei o Brasil tendo apenas um destino certo no Peru: a XXII feira anual da *Central de Cooperativas Agrarias Cafeteleras COCLA*¹⁶. Era através dessa feira que pretendia entrar em contato com cafeicultores do entorno de Machu Picchu. Ao longo do evento, transitei pelas barracas (ou *stands*) das então 23 cooperativas filiadas à COCLA, e onde expunham seus cafés, além de outros produtos de menor importância econômica. Procurei, circulando pela feira, me relacionar com os expositores - os funcionários e sócios das cooperativas. Ao visitar suas barracas, era confundido com os “gringos do comércio justo”, isto é, com algum dos - não mais que 10 - compradores estrangeiros de café certificado que também perambulavam por lá. Ao contrário deles, não havia sido convidado para o evento e, conseqüentemente, não era esperado por ninguém. De qualquer modo, o seu caráter público me pareceu

no ideal do mercado “perfeito”. Para o doutorado, pretendia estudar a construção social de um mercado organizado através de um ideal de “solidariedade”.

- 16 As “centrais” de organizações de produtores de café são entidades legais de “segundo grau”, isto é, diferentemente das cooperativas e associações, cujos membros ou sócios são os próprios cafeicultores, entre as centrais os associados são as cooperativas ou as associações.

ser uma via de acesso privilegiada para entrar em contato com um universo social que desconhecia completamente.

No *stand* de uma cooperativa em particular, de nome Huadquiña, me chamaram a atenção determinadas amostras de café nele expostas, cada uma demarcada com o nome de seu produtor e o selo de certificação do produto. Sete amostras estampavam a certificação orgânica própria da união europeia e outra um selo de “sustentabilidade” de uma organização não governamental, todas concedidas por uma agência certificadora.¹⁷ Conversando com os expositores conheci Israel, o presidente da Cooperativa Huadquiña, e que me convidou para visitar as dependências da organização. Alguns dias depois, descobri que tal cooperativa era justamente aquela responsável pela produção do café cuja embalagem havia despertado meu desejo inicial de realizar minhas pesquisas no Peru. Israel me apresentou ao “técnico” Juan Carlos que, por sua vez, me colocou em contato com outros membros daquela organização. Acabei me tornando o fotógrafo “oficial” da cooperativa durante um concurso em que um de seus associados alcançou o primeiro lugar pela qualidade de seus grãos de café. Dias depois, fui com Juan até Santa Teresa, capital de um distrito de mesmo nome, um dos nove distritos da província de La Convención, localizada no departamento de Cuzco.¹⁸ Fomos numa van margeando, durante algumas horas, as imponentes montanhas da selva alta cusquenha.

A Cooperativa Huadquiña

No meu segundo dia em Santa Teresa, me encontrei com Juan e fomos até a sede da Cooperativa Huadquiña. Chegando às dependências da organização conheci alguns de seus produtores e dirigentes (que também eram seus sócios). Ela tinha 420 associados. Eles plantavam o café em suas propriedades ou *chacras* (um termo de origem quéchua), e que tinham um tamanho médio de três hectares, com dois as menores e cinco as maiores – desde a reforma agrária realizada em La Convención, no ano de 1963, os latifúndios deixaram de fazer parte da paisagem local. Através da COCLA, eles vendiam seus cafés para as companhias (estrangeiras) *Café Direct* e *Twin Tradind*. Essa primeira organização teria como seu papel principal “conquistar mercados”, cabendo aos agricultores, auxiliados pelas cooperativas, o cuidado com a produção.

Na época da minha visita, três técnicos trabalhavam na Cooperativa Huadquiña e

17 Os cafés *sostenibles* eram identificados com base em critérios “sociais” e “ambientais”.

18 O distrito de Santa Teresa foi fundado em 1957. A Huadquiña foi criada no ano de 1963.

tinham a obrigação, segundo meus interlocutores, de “monitorar” os seus associados¹⁹. Como exemplo desse monitoramento, citaram os chamados “cursos de capacitação”²⁰. Quem não frequentava os cursos era punido financeiramente quando fosse receber o dinheiro da venda dos seus cafés, o mesmo acontecendo com aqueles que não participavam das assembleias da cooperativa. Mas os sócios não apresentariam muitos problemas em acatar as regras impostas pela cooperativa.

Discutindo com eles o cronograma das atividades junto aos associados, falaram das “inspeções internas” que antecederiam as “inspeções externas” conduzidas pelos inspetores das agências certificadoras²¹. As primeiras eram feitas pelos técnicos de uma “cooperativa base” da COCLA e 15 a 20 sócios “capacitados” dessa mesma cooperativa. Eles visitariam, em dois ou três dias, as *chacras* dos associados de outra cooperativa base. O mesmo se repetiria com as 23 cooperativas bases e, posteriormente, começariam as inspeções externas, que envolveriam em torno de 30% dos membros das cooperativas, escolhidos, ao acaso, pelos inspetores externos²². Entre estes últimos inspetores, os do comércio justo seriam os mais exigentes; “eles pedem para não discriminarmos os sócios que produzem pouco, apesar deles também usarem da mesma forma a assistência técnica”, exemplificou um dos agricultores presentes²³.

O cronograma da Huadquiña girava em torno das inspeções externas.²⁴ Entretanto, o ponto de vista dos inspetores externos deveria ser interiorizado pelos sócios, notadamente, por quem tinha plantaçaõ certificada como orgânica ou se encontrava em transição (de “convencional” para “orgânico”). Nesse caso, é preciso se perguntar pelas mediações sociais envolvidas nos processos de interiorização dessa perspectiva externa. O trabalho dos técnicos, retratado nas próximas páginas, se colocou como um lugar privilegiado para se observar essas mediações. Pude perceber as consequências desse trabalho logo que deixei a sede da cooperativa e segui com o sócio Pablo até sua *chacra*.

19 No total, a cooperativa dispunha de 20 funcionários.

20 Tais cursos eram divididos em duas partes: “teórica” e “prática”. Neles os cafeicultores aprendiam como produzir adubo orgânico, como podar os cafezais, como registrar suas tarefas num “diário” e o que era o sistema de comércio justo regulado pela FLO, entre outros assuntos.

21 Um cronograma organizado em torno das inspeções “internas” e “externas” era comum entre organizações peruanas de produtores de café ligadas ao comércio justo. A partir do ano de 2007, a própria FLO passou a exigir, das cooperativas, a presença de um sistema de controle interno.

22 Ser um inspetor externo não significava necessariamente ser estrangeiro ou vir de fora do país. Havia peruanos que trabalhavam para certificadoras e algumas tinham seus escritórios no Peru.

23 Os inspetores da FLO visitariam a parte “burocrática” das organizações de cafeicultores, para saber “se estavam usando corretamente” seus recursos, e somente abordariam os agricultores para lhes perguntar a respeito dos “critérios genéricos do comércio justo”.

24 Entre janeiro e fevereiro, meses de chuva, o grão é plantado. Entre abril e julho é a colheita.

Ela tinha dois hectares e estava há quinze anos em suas mãos²⁵. Enquanto conversávamos, ao longo de uma estrada ao lado de sua propriedade, ele recolhia os lixos deixados por pessoas que passaram por ali. O local por onde andávamos era extremamente agradável. Ele se mostrava bastante orgulhoso de sua “*chacra orgânica*” e, por isso, acabei não economizando nos elogios referentes à beleza da mesma.

Enquanto Pablo me contava sobre a necessidade do “sócio orgânico” providenciar uma “barreira” - de oito metros de distância - em relação a um “vizinho não orgânico”, um vizinho seu, sócio e orgânico, passou e nos cumprimentou. Quando esse senhor se afastou, Pablo me disse que “apesar dele não compreender as normas das agências certificadoras, ele era capaz de praticá-las”. Meu interlocutor parecia ter interiorizado essas normas e demonstrava estar adaptado a uma realidade onde o ponto de vista dos compradores de alimentos deveria fazer parte do cotidiano dos produtores desses bens. Nos próximos dias me encontraria com outros agricultores que, assim como ele, aparentavam preocupar-se quase que obsessivamente com a qualidade dos seus grãos. Não à toa que sua organização conquistou o primeiro lugar no concurso “Café de Ouro”, realizado durante a feira da COCLA, pouco tempo antes²⁶.

As “visitas de campo”

No meu terceiro dia em Santa Teresa, acordei de madrugada para encontrar Juan Carlos na cooperativa. Meu intuito era acompanhá-lo em suas “visitas de campo”, ou seja, nas visitas que iria fazer junto aos sócios da Huadquiña. Juan dividia um escritório com outros dois técnicos: Raul (ou Russo, seu apelido) e Mario. O último era o único, dos três, que era casado e não havia frequentado uma universidade, além de ser o mais velho. Também só ele era filho de agricultores associados à cooperativa²⁷. Em outra ocasião, conversando com Juan sobre seu trabalho nessa organização, ele me disse que ele e Raul eram “engenheiros” (agrônomos) e Mario “apenas um técnico” (florestal)²⁸. Na realidade, Mário era formado em um “instituto”, uma instituição de Terceiro Grau, mas que não tinha

25 Em 2005, um hectare de terreno era vendido, em média, a 1.500 soles (US\$ 500).

26 A preocupação com a “qualidade” dos cafés a serem vendidos era vista pelos cafeicultores como algo recente e fruto das demandas dos compradores estrangeiros. Os agricultores diziam que bebiam, em suas casas, “apenas café de baixa qualidade”.

27 Raul tinha 27 anos; Juan 22. Ambos eram filhos de cafeicultores de La Convención e moravam juntos em Santa Teresa. Sua casa era pequena, sem fogão e tanque, por exemplo. Ganhavam 1.200 soles mensais (em torno de US\$ 400), além do dinheiro para o transporte.

28 Escutaria de Raul que seu desejo era, no fundo, “se desenvolver” (profissionalmente) como cafeicultor, o que se colocava como mais um exemplo do fato de que ele e os demais técnicos eram atravessados por distintas identidades ou pontos de vista ligados ao trabalho.

o mesmo prestígio que uma faculdade ou universidade perante não só entre eles como entre os peruanos de um modo geral. De qualquer modo, entre os produtores ligados à cooperativa, os três eram comumente chamados de “engenheiros”, e de uma maneira que se colocava como uma espécie de reverência²⁹.

A sede da Huadquiña contava com um armazém onde havia a seguinte classificação escrita na parede: café orgânico, café sustentável (*sostenible*) e café *planta*.³⁰ Abaixo da inscrição “café orgânico”, havia uma segunda classificação, só que com relação à localidade de origem do café ou sua *cuenca* (bacia hidrográfica, em espanhol). O armazém também funcionava como uma sala de reunião. No escritório dos técnicos, destacavam-se as pastas de “registro de dados do agricultor”, com documentos como as “fichas de recomendações”, “fichas de visita de campo”, “contratos de compra e venda” e “compromissos de produção de café orgânico”. Era um imenso “mecanismo integrado de controle” feito pela burocracia da Huadquiña e que a preparava, juntos aos seus associados, para as visitas dos inspetores externos.

Acompanhei Juan, Raul e Mario, em suas visitas de campo, ao longo de três dias – nessas visitas eles preenchiam muitos dos documentos que estavam no seu escritório. No primeiro dia, estive mais próximo de Raul, apesar do meu contato inicial com Juan. Junto de Raul, e em direção à *chacra* de um sócio, passamos em frente à propriedade de um agricultor que não era associado à Huadquiña. À sua volta, havia uma grande quantidade de lixo espalhado entre as árvores e arbustos, ao contrário da área que cercava a *chacra* do seu vizinho ligado à cooperativa, onde não havia praticamente nenhum lixo. Raul fez questão de observar que o café do produtor não associado era “heterogêneo demais”, decorrente de uma “colheita e beneficiamento tradicional” e não de uma “colheita seletiva e beneficiamento técnico”³¹. Além disso, o café do primeiro era secado numa lona preta de plástico próxima ao chão de terra e não numa laje de concreto, conforme a cooperativa exigia de seus sócios. De acordo com o que um produtor havia me dito no dia anterior: “o mercado quer homogeneidade”. Ele traduzia em palavras o que podia ser observado nas visitas às *chacras* da região.

29 De acordo com o censo nacional de 2007, entre os habitantes do distrito de Santa Teresa com 15 anos ou mais, 8,6 por cento tinha uma educação de nível superior. Já os analfabetos formavam 15,5 por cento da sua população com 15 anos ou mais. Ver www.inei.gob.pe.

30 Café *planta* era o café também chamado de convencional, tradicional ou comum.

31 A “colheita seletiva” envolvia os grãos maduros e, conseqüentemente, com características (como corpo, aroma, acidez, doçura e amargor) mais próximas do paladar dos consumidores dos mercados de cafés “especiais”. O “beneficiamento técnico” permitia um maior controle dessas distintas e economicamente valorizadas características desses cafés. Já a secagem dos grãos em lajes de concreto tinha como objetivo principal mantê-los afastados do solo (onde podiam entrar, mais facilmente, em contato com as chamadas “impurezas”, como gravetos e terra, por exemplo).

Chegando à propriedade de um sócio, Raul foi logo conversando, em quéchua, com a mulher do proprietário. Seu marido não se encontrava na *chacra* naquele momento – ele estava trabalhando no reparo da estrada logo abaixo, nos explicou a produtora. Seguindo adiante, entramos na área de outro “não sócio”; o lixo e o modo de secar não permitido pela cooperativa mais uma vez me chamaram a atenção. Nas *chacras* dos associados, pelas quais íamos passando, era possível perceber uma variedade impressionante de cultivos, incluindo árvores frutíferas, entre elas a da *granadilla*, uma fruta de sabor indescritível e que havia provado na feira da COCLA pelas mãos de Raul.³² Finalmente, chegamos à *chacra* do outro cafeicultor que planejáramos visitar nesse dia, mas que, em virtude do seu falecimento, estava sob a responsabilidade da sua viúva - Raul comentou comigo, logo no começo do seu diálogo, em quéchua, com a produtora: “primeiro as observações e conversas, depois as recomendações de acordo com as potencialidades da propriedade”. Essas recomendações, junto dos planos de produção e demais indicações, além de servirem para controlar as práticas dos agricultores (com base nas normas das certificadoras), podem ser pensados como elementos fundamentais para a criação e o reforço de um modo de se comportar adequado a uma nova realidade socioeconômica global em torno da produção de alimentos.

Tais recomendações, indicações e conselhos dados pelos técnicos aos produtores, ao levarem em conta as “potencialidades da propriedade”, acabavam aproximando suas perspectivas do que seria a realidade vivida pelos agricultores. Os técnicos, levando em conta seu conhecimento sobre essas potencialidades, no que incluía uma noção sobre a forma como os cafeicultores percebem o mundo ao seu redor, os incentivava a adotar uma nova disposição em relação à agricultura, assim como um treinador de futebol incitaria seus jogadores a seguir um novo estilo de jogo, ao inculcar neles os meios de superação. Não sem razão que a construção social da autoridade de muitos dos atuais treinadores de futebol (no Brasil e em outros países) se dê com base nos seus estudos superiores e nas suas experiências como ex-jogadores enquanto uma característica que lhes ajudaria a transmitir (melhor) seus ensinamentos aos seus atletas.

A questão, portanto, é enxergar o trabalho de Raul e de seus colegas como um processo de longo prazo – realizado durante anos – cuja eficácia depende da autoridade que

32 Havia um discurso, dos funcionários das organizações de cafeicultores, que valorizava a “diversificação” das fontes de onde seus associados tiravam os seus recursos. Na Huadquiña, como deve ficar claro ao longo do texto, a ênfase no cultivo da *granadilla* era colocada pelos técnicos como algo que, antes do que contradizer seus discursos em torno da produção de café, servia para garantir essa produção entre os agricultores que apresentavam certas desvantagens produtivas em relação aos seus pares. Isso implicava num olhar mais global da perspectiva destes últimos antes do que apenas vê-los como produtores de café.

constroem perante os produtores, da legitimidade de suas práticas e do compartilhamento das representações acionadas em suas falas. Tudo isso faz com que os cafeicultores interiorizem as novas regras do campo econômico - e pressupões um trabalho de mediação social e cultural, ao invés de um contato direto com as transformações nos mercados de café ou de outro produto.

O dia seguinte também foi dedicado às visitas de campo com os técnicos. Voltamos todos para Sahuayaco, o mesmo comitê em que havíamos estado anteriormente. O programado era encontrar os produtores de *granadilla* da região para uma reunião que, dado às suas ausências, não aconteceu. Os três técnicos então debateram quais sócios iriam visitar. Segui com Juan morro acima. A mais de dois mil metros de altura, medidos com o *GPS* da Huadquiña em suas mãos, deparamo-nos com as árvores de *granadilla*. Essa fruta era vendida aos comerciantes locais, mas a ideia da cooperativa era criar uma associação de produtores, tendo em vista “organizar um mercado do produto”, disse Juan. Esse projeto deveria começar no ano seguinte. Num terreno situado acima de dois mil e duzentos metros de altura, o cultivo de café não seria vantajoso, de acordo com o técnico, que iria nesse dia informar aos sócios que, apesar de, nessa altitude, a qualidade do grão ser excelente, a “produtividade dos cafezais era baixa”.

O primeiro sócio que visitamos era um “produtor orgânico”. Chegamos em sua propriedade no momento em que ele colhia suas *granadillhas*, com a ajuda de quatro a cinco pessoas contratadas para realizar essa tarefa. Juan lhe repassou as informações sobre um “sistema de irrigação” - o sócio se interessou pela sugestão, mas o custo do empreendimento logo o desencorajou. Frente a isso, Juan o aconselhou a adquirir apenas uma parte do sistema, “a título de experiência”. Tratava-se de uma, dentre outras de suas propostas, que tinha como objetivo o aprimoramento da produção orgânica daquele agricultor; ao mesmo tempo em que o familiarizava com um conjunto de normas difícil de ser transmitido, na sua sistematicidade, e de maneira “abstrata”, “teórica” ou “escolar”. Durante o almoço, ao qual fomos gentilmente convidados a compartilhar com sua família, ficou evidente a simetria existente entre o sócio e o técnico; ambos se sentiam à vontade e se reconheciam em torno de uma perspectiva comum que parecia remeter a uma socialização anterior no universo de agricultores familiares³³.

33 Na época da pesquisa, não estava predisposto a olhar com a atenção e o cuidado, que teria hoje, as dimensões sensíveis das falas e das ações desses sujeitos (um reflexo da falta de distanciamento do universo racionalizado no qual fui criado). Porém, guardo na memória a lembrança de que os técnicos e os cafeicultores compartilhavam um conjunto de afetos que os unia. Esses afetos permeavam seus olhares, movimentos, tom de voz e expressões faciais, por exemplo. Eles encarnavam – em seus corpos – um modo de vida que talvez tenha me atraído justamente por dar vasão a uma sensibilidade que não encontrava em mim.

Seguimos morro acima, em direção à *chacra* de um tio desse sócio. A conversa de Juan com esse senhor já de idade avançada, aconteceu quase inteiramente em quéchua, intercalada com os comentários que eu recebia desse técnico, em espanhol. Durante a visita ao cafezal, ele sugeriu ao agricultor que plantasse mais árvores de *granadilla*: “dá mais dinheiro”, conclui o técnico, ainda observando que “a qualidade do café é boa, mas a produção é pequena nessa altura”. No final da visita, Juan repassou ao sócio as suas recomendações, entre as quais incluíam: (1) “poda seletiva e poda total nas plantas pré-determinadas”, (2) “barreiras naturais”, (3) “composto orgânico no adubo” e (4) “melhor limpeza das instalações” (os sócios tinham que cumprir com sete tarefas indicadas pelos técnicos). Tratavam-se de tarefas que se mostravam ao alcance do produtor e que eram transmitidas com uma extrema delicadeza e respeito.

Pude conversar bastante com Jaime, um sujeito de 37 anos que se identificou como um técnico, mas que não era considerando como tal pelos outros três (eles o viam apenas como um sócio da Huadquiña). Ele realizava visitas de campo e administrava cursos para os associados, mas, apesar de trabalhar no local como os demais, não tinha mesa no escritório. Era como uma exceção que confirmava a regra, no que diz respeito às propriedades socialmente reconhecidas dos técnicos: como não cursou o Terceiro Grau, revelou ter aprendido o que sabia na prática, entre os produtores, e através de livros. Disse que gostava de ler e que desejava cursar, em breve, uma faculdade.

Visitei, ao lado de Jaime, a propriedade de um cafeicultor cujos grãos estavam expostos na feira da COCLA. O pai do agricultor começou a cultivar café nesse espaço em 1963, isto é, logo após receber seu terreno do governo no contexto da reforma agrária local (uma porção de terra que mais tarde seria dividida entre seus filhos). Em 2004, o sócio em questão havia “entregue” para a cooperativa 22 quintais do grão; em 2005 deveria entregar 11 quintais e no ano seguinte 25 quintais. Seu “caderno do produtor” não estava passado a limpo e isso deveria ser feito “até a próxima semana”, lhe avisou Jaime³⁴. Tal atitude seria recorrente: “eles não gostam de escrever”, comentou. Transcrevo parte da conversa entre Jaime e o sócio em torno do “plano de produção”. Seu tom afetivo criava – ou reproduzia – um vínculo afetivo entre eles e fazia com que suas cobranças aparecessem como de alguém que se importava com o sócio.

- O que vamos fazer *Don* Basílio? (Jaime)

- Poda. (sócio)

34 Cada quintal corresponde a 46 quilos.

- Qual outra tarefa? (Jaime)
- Trabalhar entre setembro e dezembro em um hectare de milho. (sócio)
- Tem que fazer o poço! (Jaime)
- Em dezembro faço. (sócio)

Como dito aqui anteriormente, o número mínimo de tarefas que um sócio tinha que cumprir, enquanto “plano de produção”, eram sete. Jaime repreendeu mais uma vez o produtor por não passar a limpo, no “caderno de registro”, aquilo que diariamente anotava num outro caderno. “No curso ensinam como usar o caderno (de registro)”, comentou, em seguida, o sócio. Os cafeicultores tinham que anotar quase tudo o que faziam com relação à agricultura. Na “ficha de recomendação”, Jaime escreveu: (1) “teto para a planta de beneficiamento”, (2) “tem que colocar na lixeira inorgânica os lixos que estão espalhados pela propriedade”, (3) “construir o poço”, (4) “fazer placa de identificação do sócio de madeira e não de papel”, (5) “cumprir com o plano de produção”, além de outros dois itens que acabei não registrando.

A questão é que Jaime também vivenciava as misturas ou confluências de pontos de vista que atravessavam os técnicos da cooperativa, só que a perspectiva do produtor parecia assumir nele um peso ou dimensão maior. Ele era capaz de traduzir um saber especializado para os agricultores com desenvoltura e segurança, o que mostrava sua evidente familiaridade com o meio rural e a sua não tão explícita proximidade com o universo técnico. Ou seja, seu desempenho profissional (em campo) não o diferenciava tanto de Juan, Raul e Mario. Mas sua posição ou lugar aparentemente ambíguo, entre esses três, era um sinal de que as fronteiras entre as perspectivas dos produtores e as dos técnicos não eram estanques. Esses pontos de vista se aproximavam ou se separavam dependendo de suas interações³⁵. Em alguns contextos, suas diferenças eram realçadas como, por exemplo, durante o controle das práticas dos associados. Diante de outras situações, notadamente, ao longo dos aconselhamentos feitos aos sócios, os técnicos eram levados a olhar a realidade como produtores. O exemplo de Jaime mostrava que os agricultores também podiam assumir, pelo menos temporariamente, o prisma de quem ocupava os cargos mais escolarizados da cooperativa³⁶.

35 É possível dizer que o trabalho dos técnicos envolvia uma alternância entre uma forma de relacionamento baseada no controle e outra assentada na pedagogia. Porém, suas fronteiras não eram estanques: o controle podia permear a interação de caráter pedagógico e vice-versa.

36 Outro exemplo era o dos sócios “capacitados” que auxiliavam os técnicos de sua cooperativa durante as “inspeções internas” às “cooperativas bases” da COCLA.

A diluição das fronteiras entre os cafeicultores e os técnicos passava pelo corpo. Como assinala Tim Ingold (1993), “modos de perceber são a sedimentação de histórias passadas de envolvimento direto entre pessoas e seus ambientes” (*idem*: 221). Aprender a perceber, diz o autor, é “aprender a participar do mundo de certa maneira através do envolvimento com outros em contextos diários da ação prática” (*idem*: 222). A diferenciação que Ingold faz entre um olhar *no* mundo e um olhar *sobre* o mundo nos ajuda a atender a legitimidade que os agricultores conferem a quem encara a realidade a partir de seu prisma como um ponto de vista que se conhece *na prática* ou *na experiência*, pois tendem a confiar nos conselhos dos sujeitos cujos corpos se mostram socializados num ambiente parecido/igual ao onde vivem/trabalham. Essa “comunhão de experiência” ou a “consciência de se viver num mundo em comum”, para utilizar as palavras do autor, desfaz as fronteiras entre os produtores e os técnicos, ao criar um “fundamento relacional” onde ambos podem trocar de papéis ou perspectivas.

Para além das diferenças

Em 2011, o café da Cooperativa Huadquiña se converteu no sétimo produto reconhecido, pelo governo do Peru, por sua “denominação de origem”. Tal feito foi amplamente divulgado pela imprensa do país. Numa dessas reportagens, por exemplo, afirma-se que esse rótulo fora concedido depois de três anos de “avaliação técnica das características diferenciadas” desse grão, um processo conduzido por um instituto estatal e através do qual foram levadas em conta suas “características especiais de qualidade, aroma, corpo e acidez derivadas de seu entorno” (Calderón, 2011). Segundo o jornalista, “sua alta qualidade e características especiais têm feito com que o café gourmet Machupicchu-Huadquiña conseguisse se posicionar com muito êxito nos mercados internacionais” (*idem*). Para um dos dirigentes da Huadquiña com quem ele conversou, “essa certificação de denominação de origem será um valor agregado que beneficiará os 600 pequenos sócios” (*idem*). Contudo, para além das dimensões organolépticas e comerciais em torno do café da cooperativa, essa reportagem também chama a atenção para as mudanças das disposições dos seus sócios diante do trabalho. “Quem não se submete às regras de exigência máxima do mercado não pode estar na cooperativa”, afirmou seu gerente para depois completar seu raciocínio: “antes os sócios entregavam ‘qualquer coisa’, agora sabem que um produto melhor é um preço melhor” (*idem*). O autor da matéria também relata a transformação vivida por um sócio:

Odil Vivanco Candia é um agricultor do setor de Yanatile. Sem que pudesse imaginar, se tornou um exemplo a ser seguido. Há quatro anos ele tinha quatro hectares com pouca produção. Os técnicos o aconselharam a substituir seus cafezais. Depois de conversar com sua esposa, começou a praticar a poda seletiva, por meio da qual, suas plantas velhas, que estavam disformes, raquíticas, com crescimento horizontal, foram extirpadas. Hoje em dia esse cafeicultor renovou quase 50 por cento de seus cafezais. Se antes ele produzia 12 quintais por hectare – pouquíssimo – hoje seus índices ascendem a 25 quintais, com a meta de chegar a 50, uma vez que termine a renovação. A renovação deve ser feita aos poucos, e em três anos a *chacra* estará toda renovada, comenta. “As vantagens de renovar são muitas, produz mais grãos, as plantas não são mais tão altas, facilita a colheita, e a mão de obra não se afasta, pois prefere ir onde é mais fácil colher”, acrescentou. Antes precisava de doze pessoas para colher um quintal de 100 libras. Hoje em dia só necessita de oito e logo será menos (*idem*).

Quem lê essa reportagem, pode ser levado a acreditar que a racionalização das práticas agrícolas dos agricultores da Huadquiña é guiada somente pelos retornos econômicos que ela é capaz de proporcionar³⁷. Porém, olhando de perto os procedimentos pedagógicos que envolvem esse processo, vemos que ele deve ser traduzido à realidade dos produtores e é por isso que os “conselhos” dos técnicos são evocados na matéria³⁸. Tal mudança na *forma* do trabalho rural (sua “racionalização”) se apoia, portanto, numa mudança na perspectiva dos funcionários da cooperativa: a adoção da visão dos sócios³⁹. Ou seja, para entender as transformações do trabalho desses cafeicultores é preciso vê-lo também como um *ponto de vista* sobre o mundo capaz de ser adotado por aqueles que não são classificados como agricultores ou trabalhadores rurais.

A Cooperativa Huadquiña representava não só um ideal comercial ou produtivo, mas também de relacionamento entre os cafeicultores e os agentes que intermediavam suas relações com os universos que iam além do plano local. Esses, não raro, “outros”, como os técnicos e gerentes das cooperativas, os comerciantes “privados” e os políticos, deveriam, em certos momentos, se posicionar como uma espécie de “nós” para que essa intermediação ganhasse uma maior legitimidade da perspectiva dos produtores de café. Essas metamorfoses, por meio das quais é possível ultrapassar certas fronteiras sociais, não estariam tão presentes no passado, quando os vínculos entre os cafeicultores e os

37 “A melhoria de seus cafezais nasceu quando os mercados de café orgânico e de comércio justo chegaram a pagar US\$ 30 a mais por quintal” (Calderón, 2011).

38 “A busca por um grão mais uniforme e limpo passou por uma revolução de pensamento. Todos os sócios se submeteram aos conselhos dos técnicos” (Calderón, 2011).

39 Oferecer um conselho (ou um bom conselho) envolveria se colocar no lugar de um interlocutor.

mediadores comerciais ou políticos eram quase inexistentes. Mas, a partir dos anos 1960, começaram a ser criadas as cooperativas de produtores de café, devido, de modo especial, à falta de confiança nos compradores do grão (Cruz, 2013). Estes últimos agentes eram vistos (e continuam sendo) pelos primeiros como seus “exploradores”, isto é, pessoas que gozariam a vida à custa dos seus trabalhos/esforços. Os comerciantes do grão estariam, portanto, na fronteira da moral - não à toa que quem era identificado enquanto comerciante privado, era, comumente, associado à figura do “ladrão”. De acordo com um (outrora) proeminente líder dos cafeicultores peruanos:

Quando, por iniciativa de agricultores visionários, dedicados à cafeicultura, se formaram as primeiras cooperativas em 1965, decididas a controlar os baixos preços que recebia o cafeicultor, o roubo no peso, a especulação e a exploração do colonizador da Selva Alta em benefício de atacadistas e exportadores intermediários inescrupulosos, cujos ganhos obtidos facilmente eram gastos em viagens ao estrangeiro, na aquisição de artigos suntuosos, no consumo de bebidas e produtos importados, residindo nas cidades, desfrutando do luxo e da abundância; enquanto a economia do campesinato era cada vez mais menosprezada, disseminando a desmoralização e o fatalismo no homem do campo, que morava em casas inadequadas e desconfortáveis, submetido a todo tipo de privações, sem serviços essenciais de nenhum tipo, esgotando-se lentamente como consequência de sua miséria, afundado pelo frequente consumo de tabaco e álcool; não se previam, nem se especulavam sobre, as perspectivas e alcances desse movimento cooperativo de transformação, redenção e mudança na Selva Alta. (Revista Café Peru, edição de janeiro-fevereiro de 1980)

A fundação e o controle de muitas das cooperativas teriam contado com pessoas com as quais os agricultores de origem andina pareciam não se identificar, como é o caso de uma organização da província de Satipo (na “selva central”) que o antropólogo Robin Shoemaker (1981) visitou entre 1973 e 1975. A experiência de um sócio dessa cooperativa, que havia se tornado um de seus “delegados”, mostra as diferenças ou discontinuidades que existiam no interior dessa entidade:

Desde que se tornou delegado, ele aprendeu que o administrador chefe e os gerentes da cooperativa estavam roubando dinheiro da instituição. A maioria desses diretores, segundo ele, são os antigos patrões (latifundiários) de Satipo ou seus filhos. Eles são os que fundaram a cooperativa dez anos antes e tomaram seu controle apesar de todas as mudanças sociais que aconteceram. A ditadura corrupta continua no

poder porque poucos colonos entendem as leis ou têm alguma noção de seus direitos como membros da cooperativa. A maioria dos atuais colonos tem origem indígena, diz ele, e faltam a eles a “educação e cultura” necessárias para se oporem eficazmente aos gerentes de sua cooperativa (*idem*: 19-20).

Entretanto, com o passar dos anos, uma parte dos descendentes dos cafeicultores andinos se formou no Ensino Superior e passou a conduzir ou a liderar suas cooperativas. Por isso, a atual posição privilegiada de algumas dessas organizações no mercado de café acaba sendo um reflexo de uma espécie de mudança na identidade de seus funcionários. Não que as pessoas de fora do universo cafeicultor não pudessem se identificar com ele, apenas que os agricultores andinos tinham como referência um senso comum no qual o “outro”, enquanto o sujeito ligado ao comércio agrícola, tendia a assumir, num maior ou menor grau, o papel de explorador do trabalho dos proprietários rurais, como dito acima.⁴⁰ Os filhos mais escolarizados dos produtores se mostravam mais abertos e confiantes do que eles para entrar em contato com a esfera mercantil. Através de suas experiências familiares e escolares eles acabaram incorporando uma disposição que os legitimava a traduzir, com certa propriedade, o mundo exterior para eles.

Eram as segundas ou terceiras gerações das famílias desses agricultores que, aparentemente, se mostravam as principais responsáveis pela diminuição do “clima” de desconfiança dos produtores em relação ao comércio. Mas essa “atmosfera” ainda permeava as visões dos produtores a respeito dos mediadores comerciais e isso explicava a relutância de muitos em se associar às cooperativas ou ingressar nos “programas de cafés orgânicos”, apesar de todas as “vantagens econômicas” que poderiam obter partir da inserção ou participação nessas organizações ou programas⁴¹. Não à toa a preocupação (explícita) dessas entidades em obter a confiança dos seus sócios.

Por fim, como explicar esse pano de fundo de “desconfiança generalizada”? Peter Luetchford (2008), num livro em que aborda a questão do comércio justo numa cooperativa de cafeicultores da Costa Rica, afirma que eles tenderiam a ver o valor do café como algo

40 Não sem razão que o tema do “colonialismo interno” é central na narrativa de Shoemaker (1981). Segundo ele, “o problema enfrentado pelos agricultores de Satipo pode ser definido de maneira simples: o produtor de alimentos é explorado pelas pessoas que controlam os canais mercantis” (*idem*: 205). Tal olhar se apoia tanto nas visões dos cafeicultores quanto no viés teórico desse autor: a “economia política”.

41 Em 2014, algumas cooperativas peruanas de cafeicultores, outrora situadas entre as que mais exportavam café no país, enfrentaram graves dificuldades financeiras e as quais acabaram alimentando um sentimento de desconfiança de seus sócios para com seus funcionários.

derivado das atividades envolvidas na sua produção e não do seu comércio, uma visão que teria uma raiz cristã.⁴² Trata-se, segundo esse autor, de uma “teoria do valor”, que pressupõe um arcabouço conceitual ou simbólico organizado ao redor de uma ideia de trabalho rural⁴³. Guardadas as devidas diferenças, creio que essa visão de mundo também está presente entre os cafeicultores peruanos. No entanto, no caso deles, ela se associa à tradicional condenação andina do ócio, sendo a labuta diária no campo vista como a ocupação por excelência⁴⁴. Nessa direção, a noção de trabalho rural pode ser pensada como uma *matriz de significados*, ou seja, como *fonte de sentidos* para interpretar suas ações e de quem não é agricultor.

A deslegitimação das atividades ligadas ao comércio agrícola aparece entre os produtores de café do Peru como uma condição das suas integrações lógicas e sociais. Em outras palavras, a visão negativa que compartilham a respeito dos mediadores comerciais é naturalizada tendo em vista o reconhecimento de uma identidade comum. Porém, ela deve ser desconstruída a partir do momento em que esses “outros” queiram estabelecer uma relação de confiança com eles. Este artigo mostrou que essa desconstrução vem sendo feita através de uma metamorfose de pontos de vista protagonizada, notadamente, por filhos dos cafeicultores que conseguem *incorporar* o prisma dos agricultores em suas falas, gestos e olhares. A legitimação desses mediadores, isto é, a transformação dos “outros” em “nós”, se relacionava com o processo de racionalização das práticas agrícolas. Essa mudança do trabalho rural era o reflexo de uma interiorização, pelos produtores, da perspectiva da demanda externa através da confiança nos ensinamentos e conselhos dos técnicos. Novas heixis corporais caminhavam juntas com a diluição das fronteiras de um mercado global.

42 Os que apoiavam mais enfaticamente a cooperativa seriam os jovens e os produtores “tecnicamente mais informados”. Já seus críticos seriam os agricultores mais velhos.

43 De acordo com essa teoria: “aqueles que não trabalham duro”, isto é, que não transformam a natureza, “não têm direito de se apropriar (do trabalho) daqueles que agem dessa maneira” (Luetchford, 2008: 142). Os profissionais que trabalham no escritório da cooperativa, assim como outros tipos de agentes intermediários, seriam acusados, pelos produtores, de serem preguiçosos, uma crítica ou divergência que “está ancorada na crença de que o verdadeiro valor advém do trabalho na terra e da interação com a força que Deus colocou na natureza (*idem*).

44 “Os produtores parecem compartilhar alguma coisa com os consumidores e ativistas do comércio justo; a idealização do trabalho sobre a natureza como criador de valor e o direito de reter esse valor criado” (Luetchford, 2008: 138). Com base em Woortmann (1987), é possível dizer que se trata de uma visão de mundo ou ética cujas raízes perpassam o cristianismo e se estendem até as ideias do filósofo grego Aristóteles.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. 1992. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- CRUZ, Ricardo. 2013. "Governo militar e o movimento social dos produtores de café no Peru (1968-1980): cooptação ou aliança?" *Cadernos CERU*, 24.
- GEERTZ, Clifford. 2002. *Obras e Vidas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". *Mana*. vol.3, n.1.
- INGOLD, Tim. 1993. "The art of translation in a continuous world". In: *Beyond Boundaries*. PÁLSSON, Gísli. Oxfor/Providence: Berg.
- JAFFEE, Daniel. 2007. *Brewing Justice: Fair trade coffee, sustainability, and survival*. Berkeley: University of California Press.
- JUNTA NACIONAL DEL CAFÉ. 2005. *Agenda*. Lima: JNC.
- RAYNOLDS, Laura & WILKINSON, John. 2007. *Fair Trade: The challenges of transforming globalization*. London: Routledge.
- MARTINS, José de Souza. 1975. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.
- SCHWARZ, Laura. 2005. *Caracterización de la producción de café orgánico en Perú*. Lima: Junta Nacional del Café.
- SHOEMAKER, Robin. 1981. *The Peasants of El Dorado: Conflict and Contradiction in a Peruvian Settlement*. Cornell University Press. Ithaca and London.
- VELHO, Otávio. 2007. *Mais realistas do que o Rei – Ocidentalismo, religião e modernidade alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- WILKINSON, John. 2002. "Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18.
- WOLF, Eric. 2003. *Antropologia e poder*. Campinas: Editora da Unicamp.

Recebido em 30 de novembro de 2017.

Aceito em 14 de maio de 2018.